

III

DINAMIZAR O PAPEL DO ESTADO PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Os últimos anos demonstraram de forma lapidar **o papel e importância do Estado** na vida dos trabalhadores e das suas famílias. Depois de décadas em que vingou a tese do “menos Estado” que conduziu à alienação de importantes instrumentos de política económica ao serviço do Estado e degradou muitos dos serviços públicos, urge intervir para debelar as insuficiências existentes e agir para o a esfera e controle público das empresas e sectores essenciais ao desenvolvimento.

- De forma particular, a CGTP-IN considera que são urgentes medidas específicas e imediatas para a defesa do **SNS**, bem como das restantes funções sociais do Estado.

A CGTP-IN defende:

- O reforço do **Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito** em todas as suas dimensões, nomeadamente no que diz respeito a recursos tecnológicos e à contratação de mais trabalhadores com estabilidade, salários, horários e carreiras que permitam fixar no SNS os profissionais necessários;
- A construção de novos equipamentos e a manutenção e requalificação dos existentes;
- A valorização dos salários e carreiras de todos os trabalhadores do SNS;
- Uma política de financiamento que responda às necessidades dos Serviços;
- Uma aposta clara na melhoria e universalidade dos Cuidados de Saúde Primários, tendo por base a promoção da saúde e a prevenção da doença;
- O fim das parcerias público-privadas neste sector e a redução do recurso aos privados.

- A defesa e promoção de uma **Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva**, com condições que garantam a efectiva igualdade de oportunidades, tornando-se indispensável, nesse sentido, um investimento efectivo na educação
- O alargamento da rede pública de educação pré-escolar e a criação de uma rede pública de creches de frequência gratuita.

- A defesa da **Segurança Social, pública, universal e solidária**, com a efectivação das transferências do Orçamento do Estado para financiamento de todas as medidas de apoio às empresas e famílias no quadro do combate à pandemia da doença COVID-19;

III DINAMIZAR O PAPEL DO ESTADO PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

- *A adopção de medidas que garantam a actualização e melhoria de todas as prestações atribuídas no âmbito do sistema de segurança social;*
 - *A alteração das regras relativas à reforma, repondo os 65 anos como idade legal de acesso e possibilitando a passagem à reforma, sem qualquer penalização, de trabalhadores com 40 anos de contribuições;*
 - *A revogação da aplicação do factor de sustentabilidade.*

 - *A instituição de um **Serviço Público da Cultura**, com a atribuição de 1% do OE, ao mesmo tempo que se garanta o trabalho com direitos no sector, em particular o fim do trabalho precário e a contratação com vínculos estáveis;*
- Para inverter a elevada dependência face ao exterior, os défices produtivos, o subaproveitamento dos recursos nacionais ou o agravamento das assimetrias regionais, a CGTP-IN preconiza **um novo e soberano modelo de desenvolvimento**.
- Para tal, exige-se:*
- *A reversão e recuperação para o controle público das empresas e sectores essenciais ao desenvolvimento do país;*
 - *A reabertura dos serviços públicos encerrados, sejam os postos dos CTT, sejam os balcões do serviço bancário (nomeadamente da CGD), seja ainda dos equipamentos e\ou valências do SNS;*
 - *A aposta no aumento e dinamização da produção nacional, tirando partido dos recursos endógenos, com planeamento público (o que exige o reforço das equipas nos diferentes ministérios) e alocação de recursos, que tenham origem no Orçamento do Estado mas também nos fundos comunitários, ao serviço de um novo modelo de desenvolvimento soberano que combata défices e promova um perfil assente em actividades de maior valor acrescentado.*
- Numa altura em que o grande patronato reclama pagar ainda menos impostos, a CGTP-IN reforça a necessidade de tornar o **sistema fiscal mais justo**, com a diminuição do peso dos impostos indirectos no total e da redução dos impostos sobre o trabalho, passando a taxar-se os rendimentos de capital que hoje não pagam, ou pagam muito pouco imposto em Portugal.

III

DINAMIZAR O PAPEL DO ESTADO PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

ACGTP-IN defende:

- *A necessidade de assegurar mais recursos financeiros oriundos de uma efectiva taxaço dos rendimentos do capital e da riqueza por via da tributaço dos dividendos distribuídos, da taxaço das transacções financeiras e da tributaço da riqueza transferida para paraísos fiscais;*
- *O englobamento obrigatório de todos os rendimentos no IRS;*
- *O efectivo combate às várias formas de fuga e fraude fiscal.*